

# A CIDADE DE ELVAS E O FORTE DA GRAÇA: DA DEFESA DA NACIONALIDADE À PRISÃO MILITAR E POLÍTICA

**Rui Jesuino**

*Técnico Superior. Câmara Municipal. Elvas*

*O Forte da Graça  
Anda numa onda.  
Fugiram os presos  
Da casa redonda.*

Na cidade de Elvas, durante a Idade Média, a cadeia estava nuns compartimentos do castelo e era para lá que os presos eram levados. Dada a falta de condições do castelo, mandou o Rei D. Manuel construir uma cadeia de raiz que servisse a cidade. A obra estava em andamento em 1537 quando Francisco de Arruda a visitou e ficou pronta pouco tempo depois. Virado para a actual Rua da Cadeia e ligado à Torre Fernandina, encostou-se o edifício à antiga muralha, a segunda cerca islâmica. Do lado de dentro da muralha (hoje Rua André Gonçalves) fizeram-se as casas dos juizes, abrindo-se uma porta na muralha para que um edifício e o outro tivessem ligação. A ideia não agradou aos juizes que durante muito tempo deixaram a sua casa vazia, tendo só mais tarde acatado a situação.



Rua da Cadeia com o edifício da Cadeia Quinhentista em destaque, 1945

No entanto, a colocação de um edifício, ainda que belo e monumental, mas com a função de cadeia no centro da cidade nunca foi consensual porque incomodava os transeuntes não apenas com a presença dos presos, mas também com os gritos das torturas e o cheiro nauseabundo. Em 1834, teve o desembargador corregedor interino da comarca de Elvas que mandar destruir os engenhos de tortura que estavam espalhados pela Praça para que o espetáculo fosse público. A coisa incomodava tanto que em 1868 já a Câmara pedia que se mudasse a cadeia e o tribunal para o castelo que então estava devoluto. O projeto não foi aceite e as queixas entraram pelo século XX adentro. A 9 de Julho de 1891, o jornal “O Elvense” promove uma interessante visita à cadeia de Elvas que descreve minuciosamente o desaparecido edifício: “A cadeia, moralmente, é pior que o hospital. Aquela pertence aos homens infamados, este aos míseros e desditosos; aquela é o antro do vício e a mansão do crime, este o leito mortuário daqueles para quem a fortuna foi bem ingrata. A cadeia é o epílogo da infâmia, o hospital a síntese dos sofrimentos do género humano. São duas palavras compostas de três sílabas, que representam as lágrimas do passado, as do presente, e, aquelas que hão de ser derramadas pelas gerações, que nos sucederem, as lágrimas do futuro. O hospital e a cadeia estão ligados por um laço que os aperta, embora exista entre os dois um abismo moral. Esse laço é a desgraça. A desgraça aperta-os fortemente, e faz confundir, no mesmo cadinho, as lágrimas provenientes da fome ou da infâmia e, se lhes fizerem uma análise química, verão que são compostas das mesmas matérias, e ninguém logrará achar-lhes diferença. É por isso que o rifão reza: no hospital e na cadeia todos têm uma pedra. Sobre as portas da cadeia podia bem escrever-se aquele verso do Inferno de Dante: “A quem é precito eu dou entrada”. A virtude desaparece para além dos muros da cadeia; o sentimento, se existe, ali está atrofiado; o amor embota-se diante dos muros enegrecidos da prisão; os instintos generosos gelam conjuntamente com a humidade das enxovias, e as lágrimas condensam-se, como chumbo, sobre o coração empedernido dos criminosos, como os lajedos dos cárceres. Os varões de ferro colocados nas janelas indicam que, para além deles, existe uma sociedade que se estorce em convulsões de desespero, que, debaixo das abóbadas da cadeia, se ouvem gritos de ódio e de raiva. Outrora, a cadeia era antecâmara do patíbulo; hoje, é o espaço que medeia entre a liberdade e a penitenciária (...) Todos conhecem, pelo menos por fora, esse edifício sombrio, pintado de amarelo, que ocupa a rua, que possui o seu nome, erguendo-se tristonho e mudo, quase fronteiro ao hospital civil, deixando entrever, através das fortes grades duplicadas, rostos lívidos e macerados, andrajos nauseabundos e mãos crispadas pelo desalento, pela raiva e pelo desespero. Nenhum forasteiro atravessa El-

vas, que não repare nessa pústula, que vive no coração da cidade, na rua de maior movimento, e que contrasta lugubrememente com a alegria dos transeuntes e moradores. Uma porta de ferro dá entrada para o interior do edifício. Ao entrar, o visitante sente um mal-estar inexplicável, ouvindo fechar a grade sinistra, produzindo um som cavo e duro; parece-lhe que fecharam na sua retaguarda, para sempre, a única comunicação, que ali existe com o mundo, e que aquela porta nunca mais se abrirá. Olhando em volta apercebemos à esquerda uma outra grade de ferro, e na frente umas escadas irregulares, que conduzem ao primeiro pavimento da prisão. Aquela que dá acesso para a enxovia. A enxovia! Só este nome produz calafrios e, quando ali entrámos, tínhamos a testa inundada de um suor frio, que nos causava arrepios nervosos, principalmente quando sentimos o bater do ferro no ferro, produzido pela chave entrando na fechadura da grade, que por fim girou sinistramente nos gozos, abrindo a sua goela fatal. Entrámos. Um estreito corredor é iluminado por quatro janelas guarnecidas de fortes grades de ferro; fronteiro às janelas um pano de ladrilho com diversas frestas e uma porta pela qual não é possível entrar senão de cócoras e que liga o corredor à enxovia. Dentro reina uma luz que se assemelha ao crepúsculo da tarde, e um cheiro nauseabundo vem ferir-nos a pituitária; através das frestas e da porta vêm-se sombras indecisas. São os presos, enfarrapados e lívidos, que ali se agiram na sombra da enxovia, e procuram ocultar o rosto ao visitante curioso. A enxovia é uma antiga cisterna, que conserva ainda o tipo característico destas edificações, fria e húmida, parece que a água saiu ontem dali. O teto é de abóbada, e a sua mobília são unicamente algumas tarimbas de madeira sobre as quais os presos se deitam, cobertos com o que podem arranjar na sua miséria, pois que as enxergas e mantas na cadeia são poucas e tão esfarrapadas, que já não abrigam ninguém. Nada mais repugnante que aquele vasto recinto, onde a luz entra a furto, povoado de parasitas, que, segundo nos informaram existem ali em quantidade tal, que se tornam um segundo suplício para os encarcerados. Encarada de baixo de todos os contos de vista, a enxovia da cadeia de Elvas está abaixo de tudo quanto se possa imaginar; semelha-se a essas tenebrosas prisões da torre de São Julião, que pelo tempo de D. Miguel deixou triste memória. Parece impossível que no século XIX, em plena civilização, existam antros semelhantes para habitarem homens; que a caridade seja tão egoísta que não possa ali entrar, e que o descuido das autoridades chegue a ponto, que permita tal abandono do homem pelo seu semelhante. Saímos dali enojados! Talvez menos dos infelizes, que ali expiam as suas culpas, do que dessa sociedade velha e mentirosa, que, na sua ostentação ruidosa e hipócrita, é mais culpada do que os míseros, que ali jazem, cheios de frio, de piolhos e de fome, dormindo

sobre a madeira dura da tarimba, e respirando de noite o ar coado pelos seus andrajos apodrecidos. São precitos, são; mas são homens, e a caridade evangélica chega para todos, até para os irracionais! Saindo da enxovia subimos a escada a que anteriormente nos referimos, e que conduz ao primeiro pavimento; é o único recinto que tem um tom alegre, se é que esta palavra pode ser empregada, com propriedade, na cadeia. No cimo da escada existe apenas uma porta, à esquerda, que comunica com o resto do edifício; um escuro corredor se lhe segue, guarnecido de portas baixas, de forma que para as transpor é preciso a qualquer curvar-se cuidadosamente para não quebrar a cabeça. O primeiro quarto que se encontra à esquerda é o do carcereiro: não prima pela mobília nem pela higiene; pequeno e mal arejado tem o tom sombrio das demais casas da cadeia. Segue-se a chamada sala livre, a maior de todas que se encontram no primeiro pavimento; contudo a sua área não excede trinta e dois metros quadrados; é iluminada por uma pequena janela onde existe uma grade de fácil destruição, sendo o ar, que por ali penetra, insuficiente para uma ventilação regular, principalmente, quando ali estivemos, em que eram mais de trinta. É nesta sala onde se distribui o frugal e humilhante jantar que a Santa Casa da Misericórdia oferece aos presos, com aparato lúgubre e tétrico. Na parede lateral da direita, junto da janela, uma outra porta dá acesso para um pequeno quarto, que serve para os presos que merecem alguma consideração pelos seus haveres ou qualidade; foi o que ocupou José Vaz Touro antes de ser removido para a enxovia. É uma pocilga com uma janela pequena, como todas as dos repartimentos do alcunhado palácio do Conde de São Lourenço. Um montão de enxergas esfarrapadas, deixando ver a palha apodrecida que as enche, está colocado a um canto juntamente com algumas mantas velhas, esburacadas e que não podem abrigar ninguém. De noite os presos distribuem as mantas e as enxergas pelo quarto e sala livre, formando tudo um monturo enorme. O mais interessante de tudo que encontramos foi a porta que comunica para a enfermaria das mulheres, se é que se lhe pode dar o nome de porta. O seu aspeto pelos dois lados é o de um armário, mas um armário pequeno, elevado meio metro do piso natural, pequeno e que para se transpor é preciso fazer uma ginástica especial: demais, o quarto semelha-se ao último que descrevemos; a mesma capacidade, a janela com as mesmas dimensões, sobreposta ao telhado da casa da guarda, e por onde já se evadiu um preso que devia por força de ser elástico, pois que só assim se concebe que o corpo lhe pudesse passar por entre a grade inferior e a face do parapeito. Apenas ali vimos uma presa, acompanhada por uma criancinha: uma pobre contrabandista, inspirando mais compaixão que repelência, uma desgraçada, enfim, dessas muitas que arriscam a liberdade e muitas vezes a vida para o

sustento da família. Segue-se finalmente a torre, onde existe a célula dos inco-municáveis. Ao subir a escada de caracola, escura, com os degraus triangulares quebrados, precedidos pelo carcereiro com uma lanterna acesa na mão, espalhando os raios indecisos e avermelhados sobre as pedras enegrecidas, julgamo-nos transportados a esses castelos feudais, em cujo seio se abrigavam masmorras infectas, onde se davam tratos morais e se trucidavam as carnes das vítimas. Em cima está um quarto de paredes irregulares, as pedras caídas em muitos pontos oferecem um faceado caprichoso; muitas demãos de cal, dadas sobre as pedras sem reboco, dão ao todo um aspeto que não é completamente desagradável; fronteira à porta, uma janela, resguardada por fortes grades, ilumina suficientemente esta prisão que, seja dito, é a melhor de todas, a que está em melhores condições higiénicas, apesar de no inverno dever ser frigidíssima. Dominando todos os edifícios próximos, o ar entra ali puro e vivificador; o cheiro que em baixo é insuportável não chega ali e pode dizer-se que a casa dos isolados é relativamente um paraíso naquele inferno. Eis a largos traços o que é a cadeia da comarca de Elvas; tudo que há de pior para viverem homens e para que ninguém repara, aumentando propositadamente a grande desgraça dos que ali dão entrada. Nós compreendemos que uma prisão não pode nem deve ser uma casa de recreio, mas também não desejamos que seja um ergástulo nauseabundo; não queremos que seja um suplício antes da sentença do júri, uma iniquidade repugnante, que a sociedade não deve permitir nem agravar com a sua indiferença". Finalmente, já na década de 1950, decidiu-se construir a cadeia atual. O antigo edifício quinhentista da Rua da Cadeia acabou por ser demolido e no local dele foi construída a sede da Caixa Geral de Depósitos em 1953.

Uma outra cadeia da cidade de Elvas era o chamado Aljube Eclesiástico. A 10 de setembro de 1622, em reunião da Câmara de Elvas os vereadores pediram ao juiz de fora que faça dar execução a uma provisão régia que tem o Bispo de Elvas "para que em certo tempo fizesse um Aljube, em que estivessem presos os clérigos apartados dos presos de sua Majestade". Para essa construção tomam-se umas casas na Rua do Açougue dos Cónegos, atual Rua do Aljube, que se adaptam à nova função. Nasce assim a prisão própria para os religiosos do Bispado de Elvas, mas que servia também para receber os presos pela Inquisição antes da sua partida para Évora. O Aljube Eclesiástico funcionou até meados do séc. XIX. Um auto de exame do estado de conservação daquele edifício, redigido a 26 de Maio de 1831, dá-nos uma ideia de como seria e funcionaria o espaço: "Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1831 anos, aos 25 dias do mês de Maio do dito ano nesta cidade de Elvas, e Aljube da mesma, onde eu escrivão fui em companhia do Muito Re-

verendo Senhor Doutor Vigário Geral António Joaquim Epifânio de Andrade e o Meirinho Geral deste Juízo, António Rodrigues Rico, e assim também se achavam presentes Francisco José Queirós, mestre alvenéu, e Pascoal Martins Silveira, mestre carpinteiro, aos quais o dito Muito Reverendo Senhor Ministro dirigiu o juramento dos Santos Evangelhos, sobre o qual prometeram dizer a verdade. E passando de Ordem do Ilustríssimo Senhor Vigário Capitular a examinar o estado atual deste Aljube, se achou que a primeira casa da prisão, vindo pela escada à direita, se acha bastante forte e segura, pelo que toca a paredes e engradeamento das janelas; estando arruinadas as portas das mesmas janelas que precisam outras de novo; porém, as portas que fecham a dita sala estão boas. E passando a examinar o estado da segunda sala que fica no topo da escada se acha estar igualmente forte pelo que toca às paredes e engradeamento das janelas, porém, a porta da janela que diz para a rua se acha arruinada, precisando uma de novo. E passando a examinar a terceira sala que fica sobre a entrada do Aljube se achou ser muito fraca, e pouco segura por se achar estalada a pedra debaixo em que estão cravadas as grades da janela; e serem de pau as grades da janela que diz para a capela. E, outrossim, se declara que as portas que fecham qualquer das salas são todas de madeira e nenhuma tem portas de grades de ferro. Outrossim, precisa o Aljube alguns pequenos consertos de alvenaria. E passando a examinar as casas térreas se achou que dentro da casa da entrada há uma casa forte pelo que toca a paredes e engradeamento das janelas, porém, com uma porta muito fraca e arruinada. E a porta que diz para a rua se achou ser muito fraca e precisa consertada. E examinado tudo pela maneira dita mandou ele dito Muito Reverendo Senhor Ministro concluir este auto que assinou comigo o escrivão meirinho e mestres sobreditos”.

Também do séc. XVII é datada a primeira das prisões militares da cidade. Trata-se da Casa de Argel, assim denominada pelas más condições que tinha, fazendo lembrar os cárceres de Argel, onde muitos portugueses ficaram cativos.

Centremo-nos agora no Forte da Graça, a grande prisão militar e política da cidade de Elvas, muitas vezes conhecido apenas como o temido “Forte de Elvas”. O Forte da Graça foi construído entre 1763 e 1792. Serviu essencialmente como forte até 1828, passando depois a prisão militar e política e depósito disciplinar. Graças às suas funções, a grande maioria dos elvenses nunca o conheceu e muito menos na sua plenitude. Até meados do séc. XX era impensável que elvenses civis pudessem entrar no forte para o conhecer, a não ser por convite de um dirigente. É após o seu literal abandono que os elvenses

passam a ir visitar o Forte da Graça. Viam um monumento decrépito, sujo, abandonado, em suma, um verdadeiro desrespeito àquilo que as anteriores gerações nos deixaram, o nosso Património. O Forte da Graça era então um gigante adormecido. Após um ano de grandes obras, o gigante, o forte despertou, agora para receber todos os que o queiram visitar.



Forte da Graça, vista aérea.

Sendo o Forte uma obra da segunda metade do séc. XVIII, a montanha a Norte da cidade de Elvas onde o forte se implanta terá uma ocupação humana muito mais antiga. Será povoada na Idade do Ferro e posteriormente pelos romanos, no entanto a construção do Forte ao cortar o topo da montanha apagou todos os vestígios anteriores. Sabemos que em 1370, Catarina Mendes, esposa de Estêvão Vaz da Gama, bisavós do navegador Vasco da Gama, patrocina a construção neste local da Ermida de Nossa Senhora da Graça. Catarina ficaria viúva com 18 anos de idade e com um filho ainda bebé. Este filho chamar-se-á Vasco da Gama e daria por sua vez o seu nome ao neto, o navegador. A morte do seu marido levou Catarina a patrocinar esta obra. Seria uma interessante igreja gótica com um complexo que incluía claustro, cisterna e alguns alojamentos. A igreja era de uma só nave, com três altares. Na capela-mor estava a imagem de Nossa Senhora da Graça dentro de um nicho formado num retábulo de talha dourada. Nos altares colaterais estavam Santo

António (no Evangelho) e Santa Maria Madalena (na Epístola). No retábulo, ao lado de Nossa Senhora da Graça estavam dois quadros: Nossa Senhora da Conceição e o Mistério da Encarnação. No corpo superior do mesmo retábulo estava uma pintura com o Nascimento da Virgem Santíssima. A igreja era coberta de azulejos do séc. XVII e em abóbada, tendo também uma imagem de São Domingos pintada a fresco sobre o arco do cruzeiro. Esta igreja esteve de pé até 1763, quando começou a construção do forte. Nesse ano, a imagem de Nossa Senhora, bem como as restantes, foram então trasladadas para a Igreja de Santa Maria de Alcáçova, uma vez que a igreja demolida pertencia a esta paróquia. No entanto, no séc. XVII, este local estratégico começou a ter função militar. No âmbito da Guerra da Restauração (1641-1668), o exército espanhol constrói aqui uma pequena fortificação no âmbito do cerco das Linhas de Elvas. Nesse fortim são colocadas duas peças de artilharia que bombardeiam a cidade. Vestígios do fortim também duraram até 1763, altura que a grande obra os apaga.

Para percebermos a construção do Forte da Graça, é necessário sabermos um pouco da história de Portugal, de Elvas e do Exército Português. A partir de meados do séc. XVII em diante, a colina a Norte de Elvas torna-se numa ameaça para a cidade. Com a utilização da pólvora na guerra e o progressivo avanço científico dos canhões, a partir do topo desta colina é cada vez mais fácil bombardear a cidade de Elvas. Há que destacar que a colina onde se construirá o forte tem uma cota de altitude superior ao ponto mais alto do Castelo. Sabendo que o Forte de Santa Luzia protegia a cidade a partir do Sul e do caminho para Badajoz, como se poderia resolver este calcanhar de Aquiles da defesa da cidade?

Voltemos atrás no tempo. Alguns anos antes, o Marquês de Pombal, antes de ser Primeiro-ministro de D. José, foi embaixador em Inglaterra tendo contacto facilitado com o monarca inglês. Quando Pombal incorpora o governo português e pretende reorganizar o exército no âmbito de uma guerra que se avizinhava, o Rei de Inglaterra indica-lhe um nome para o ajudar nessa função: o Conde de Lippe.

Lippe tinha nascido em Londres em 1724 no seio de uma nobre família alemã. Estudou em diversas universidades europeias e abraçou a corrente racionalista que apelava ao progresso. Havia participado pela primeira vez numa batalha aos 18 anos com o seu pai ao lado dos holandeses. Torna-se Conde de Schaumbourg-Lippe em 1748 e em 1757 já comanda as tropas do exército de Hannover. Considerado por muitos um génio na arte militar, graças à indicação do monarca inglês, chega a Portugal em 1762. O cenário que

encontra é desolador: um exército impreparado, feito de gente pobre, muitos descalços, oficiais ignorantes nas artes militares e salários constantemente em atraso. Mais, o país é invadido por um exército de 42.000 militares e ele só tem 15.000 homens já contando com a ajuda inglesa. Face a isto, o Conde de Lippe começou por pagar atempadamente aos soldados, impondo-lhes disciplina, zelo, assiduidade e educação não distinguindo praças e oficiais. Em 1762 é editada a sua obra “Instrucções geraes relativas a várias partes essenciaes do serviço diário para o exército de S. Magestade Fidelissima...” onde expõe todo o seu saber e demonstra a necessidade da educação dos militares. Um ano depois publica o “Regulamento para o exercício e disciplina dos regimentos de infantaria dos exércitos...”. Para vencer o inimigo aposta numa guerra defensiva e consegue pouco depois a vitória Portuguesa. Com esta verdadeira revolução, Lippe mostra cada vez mais o seu talento e torna-se fundamental para a defesa do país. Querendo voltar ao seu condado na Alemanha, D. José I até permite que o chamem de Alteza e Lippe acaba por ficar. Começa assim uma reorganização mais profunda do exército. Percorre os limites de todo o país visitando as fortificações portuguesas. Quando chega a Elvas debate-se com o problema de que vos falei no início da história. Como resolver o problema? A resposta é a construção do Forte da Graça, ordem expressa do Conde de Lippe. A obra é acompanhada presencialmente por ele no primeiro ano, mas voltando para a Alemanha, havia de a acompanhar por correspondência com o arquiteto até à sua morte em 1777.

É no ano de 1763 que começam as obras da fortificação. Os primeiros trabalhos foram dirigidos pelo arquiteto francês Étienne, no entanto cerca de um ano depois, Étienne junta-se a Lippe na Alemanha para a construção do Forte de Wilhelmstein. Quem substitui Étienne é outro francês: Guillaume Louis Antoine de Valleré.

Valleré faz algumas alterações ao projeto inicial e atribui ao Forte um “grau de sofisticação defensiva inexcedível” nas palavras do meu amigo Prof. Domingos Bucho e coordenador da candidatura de Elvas a Património da Humanidade. Este arquiteto francês é um dos frutos da famosa Escola de Pontes e Calçadas de Paris que ao longo dos tempos criou diversos e grandes mestres da arquitetura e engenharia europeia. Valleré havia de chegar a Portugal em 1753. Entre 1757 e 1762 foi Capitão de Mineiros do Regimento de Artilharia de Estremoz, passando posteriormente a Coronel e Comandante do mesmo regimento. Chegaria às obras do forte em 1764 e manter-se-ia até ao fim, em 1792. Para além do Forte da Graça, edifica os Quartéis do Casarão (hoje Museu Militar de Elvas), a Fonte de São Lourenço, a Fonte de São José e ainda a

Quinta da Serra do Bispo, residência campestre do Bispo de Elvas, e a Quinta do Tesoureiro Geral, residência do tesoureiro geral das tropas da Província do Alentejo.

A construção do Forte da Graça foi gigantesca. O forte deveria ser inexpugnável uma vez que se fosse tomado facilmente bombardearia a cidade com eficácia. Por outro lado, para ser gigante e inexpugnável teria que ter armamento e guarnição à altura, o que obrigava a muitos quartéis, casamatas e paióis. O resultado final foi a construção de um forte com diversos andares e subterrâneos, onde as obras de arquitetura militar se esgotaram, como comentou o Príncipe de Waldeck pouco tempo depois. O complexo sistema do Forte da Graça é dividido em três partes: O reduto central, o recinto magistral e as obras exteriores. O reduto central tem uma cisterna subterrânea que serve de depósito de recolha das águas pluviais. O primeiro piso tem dois corredores, correspondentes à antiga capela, que se juntam ao centro onde se observa uma cúpula com quatro tribunas elípticas com função defensiva, para além de diversos compartimentos. No segundo piso temos um corredor à volta da cúpula do primeiro piso e um corredor a partir do qual se acede a diversos compartimentos: paióis e armazéns. O terceiro piso corresponde a um terraço com diversos dispositivos de defesa (parapeitos, frestas, matacões e canhoeriras) e donde se acede à Casa do Governador. Esta casa tem no rés-do-chão uma sala redonda com pinturas alusivas à construção do forte. No 1º andar da casa temos uma sala central rodeada de diversas outras salas com diversas decorações a estuque. O 2º andar consiste num eirado e é o ponto mais elevado do Forte da Graça. Este reduto é defendido por três ordens de artilharia viradas para o fosso secundário e para o recinto magistral. De uma forma breve, podemos dizer que o Recinto Magistral divide as obras exteriores do reduto central que se encontra no interior. É constituído por um sistema de baluartes ligados por cortinas, delineando uma forma quadrangular. Este quadrado tem 145m de lado com quatro baluartes de ângulo (Santo Amaro, Malefa, Badajoz e Cidade) separados por cortinas. A cada cortina corresponde um revelim que a defende. Nos terraplenos dos baluartes, o recinto magistral tem diversas casas que em tempo de paz eram habitações dos oficiais e em tempo de guerra se transformavam rapidamente em canhoeriras cobertas. Debaixo do terraplano, o recinto tem diversos compartimentos que serviam de paióis, quartéis e galerias de tiro para o fosso. Este fosso é o fosso principal que separa o recinto magistral dos revelins e obras exteriores. Liga-se ao recinto magistral por diversas poternas com pequenas pontes levadiças. A parte do fosso voltada à cidade chegou a ter um espelho de água que foi depois anulado na primeira metade do séc. XIX. As obras exteriores circundam todo

o complexo conjunto, sendo compostas por quatro contraguardas e quatro revelins, a que se adiciona um hornaveque a Norte, obra avançada que defende o lado mais frágil da fortificação, tendo sido delineado com bastante simetria como o restante recinto. Um caminho coberto com cerca de 1.700 metros de comprimento acompanha todas as obras exteriores. Estas são defendidas em diversos sectores por covas de lobo, abertas no terreno e dissimuladas com ramos de árvores para que o inimigo caísse nelas. Debaixo do caminho coberto e acessível através do fosso principal temos uma galeria de tiro para o mesmo fosso que serviu também como aquartelamento e como prisão.

Sendo a Praça Forte de Elvas a maior do país, é natural que as lutas entre liberais e absolutistas, que marcaram indelevelmente o século 19 português, se façam sentir ainda com mais força na cidade e é precisamente nesta época que, tanto o forte como a cidade, se tornarão numa gigantesca prisão política. A promulgação da Constituição Portuguesa em 1822 foi muito mal vista por uma nobreza agrária e ultramontana. Por isso mesmo, nos anos seguintes vão-se sucedendo as revoluções e revoltas que tendem a apoiar o Infante D. Miguel e a volta do absolutismo. A primeira delas surge logo a 23 de fevereiro de 1823, liderada pelo Conde de Amarante, em Vila Real. No final de maio, com o golpe conhecido por Vila-Francada, a Constituição é abolida, restabelecendo-se o regime absoluto e passando o Infante D. Miguel a ser comandante-chefe do Exército. Sucede-se a rejeição do poder absoluto por parte de D. João VI e depois a conjuração frustrada entre D. Miguel e D. Carlota Joaquina para o afastamento do dito D. João VI, assim como a Abrilada, já no final de abril de 1824, que acaba com a destituição de D. Miguel e na intimação a D. Carlota Joaquina para sair de Portugal.

Durante este período, são feitos os primeiros presos políticos em Elvas. O dia 2 de junho de 1823 acaba por dar início a uma perseguição aos constitucionais existentes nesta praça-forte. O Tenente Coronel Manuel Geraldo da Silva Passos, os majores de Artilharia José Vitorino da Silveira e Frederico Maurício Peyran de Chateaufort, e o Reverendo Padre António Tomás de Almeida são presos no Forte de Santa Luzia. Pela tarde há parada no Rossio do Calvário e muitos presos políticos são enviados para Campo Maior, Ouguela e Marvão. As prisões sucedem-se dia-a-dia, de tal forma que quando entra em Elvas o Batalhão de Caçadores 5, comandado pelo Major Bernardino de Oliveira, a 17 de julho, e resolve utilizar como quartel o antigo Colégio Jesuíta, os presos políticos que aí estavam detidos no Colégio são enviados para o Convento de São Domingos. Não chegando os habituais edifícios militares para os presos, estes eram enviados para os prédios religiosos, que eram aqueles que mais

lotação tinham dentro da cidade. No Presídio Militar, que então funcionava no rés-do-chão do Quartel do Trem, apenas cabiam 70 presos, o que era manifestamente pouco para a população presidiária que se ia gerando. A 25 de agosto do mesmo ano, são também presos alguns oficiais, o sargento quartel mestre e dois soldados do Batalhão de Caçadores 5 por suspeita de estarem comprometidos num movimento contra o governo.

Com a morte do Rei D. João VI, a 10 de março de 1826, e a consequente subida ao trono de D. Pedro IV, surge a Carta Constitucional, publicada a 12 de julho deste ano. A reação absolutista fez-se sentir logo nos dias seguintes, com pronunciamentos militares em Chaves, Vila Real, Bragança, Vila Viçosa e Estremoz. É com esta reação que acabam por chegar novos primeiros presos políticos à cidade de Elvas. A 31 de julho de 1826, o Regimento de Cavalaria 2 levanta vivas à família real de Bragança, aclamando como rei D. Miguel e exilando-se em Espanha com o Regimento de Infantaria 17, que estava aquartelado em Estremoz. O alferes Carlos de Abreu Seco, do Regimento de Cavalaria 3, é preso e enviado para a cadeia do Aljube. No Forte da Graça regista-se um pequeno levantamento a favor de D. Miguel, mas sem sucesso devido à intervenção do governador, o Coronel Francisco de Paula de Azeredo.

A segunda grande leva de presos políticos na cidade tem lugar já em 1828, com a subida ao trono de D. Miguel, que acaba por dissolver as câmaras, nomear novo governo e novos governadores militares. A perseguição aos liberais é imediata e, numa cidade absolutista como Elvas, qualquer que fosse adepto do novo regime tinha que pagar as consequências. A 10 de março desse ano, os capitães António José Boquete, José Miguel Delgado, Manuel Joaquim de Matos, José Joaquim Durão, José Paulo Mourato, José Atanásio de Miranda, António Silvestre de Sousa, Fortunato José Barreto, Teotónio Nobre, Francisco de Paula Miranda, António Peixoto da Gama e João José Padrão, os primeiros tenentes José Maria Baldi, José Gerardo Ferreira de Passos e Mateus Maria Padrão, os segundos tenentes José Máximo Regueiro Pinto Sampaio, João Pereira da Costa, Joaquim Militão Sardinha de Gusmão e Nicolau da Ascensão e os alferes António Soares Ribeiro, José Maria da Silva, Manuel Maurício Crivas, Joaquim Filipe, Felizardo António Silveiro, Manuel Cordeiro de Matos e José Fortunato de Almeida, por não serem considerados de confiança, são presos e mandados para os fortes da Graça e de Santa Luzia. A 28 de abril, por ordem do Governador das Armas da Província do Alentejo são presos, por ligações ao liberalismo, o Capitão Domingos Egídio de Freitas, os alferes Jerónimo dos Santos, Diogo Xavier de Almeida e Martiniano Robertes, o picador Joaquim Pedro Severino, os primeiros sargentos Clemente S. da Mota, José Elias e José

Venâncio e os segundos sargentos José Leal, Francisco da Cruz e Manuel Marques. Mais tarde, pelas mesmas razões, será também demitido o capitão ajudante Francisco António de Paula Ramos, bem como os tenentes Francisco Maria da Cunha, António Epifânio Sicard e Severino Joaquim Ferreira da Costa e ainda o capelão Caetano da Transfiguração.

O Governador da Praça de Elvas, General Maximiano de Brito Mouzinho, escreve ao juiz interino no final de maio para proceder à devassa contra os que se haviam manifestado desafetos ao infante D. Miguel. Forma-se o auto, passam-se os editais para todas as freguesias e são presos todos os suspeitos. A 16 de junho, por não serem de confiança ao regime miguelista, no Regimento de Infantaria 8 são dispensados os oficiais Major Amaro dos Santos Barroso, os capitães João Luís Tomás, Mateus José Roxo, Estêvão Constâncio Reixa, João António Abranches e José Joaquim Xavier Tavares, os tenentes António Pedro Brôa, Diogo Belo de Sousa Malaquias e Pedro António Pereira de Campos, os alferes Manuel Joaquim Mendes, Francisco Xavier Tavares, Francisco Pessanha Vilhegas do Casal, Joaquim Luís Tomás e Jacinto Pais de Mendonça, os ajudantes tenentes José Maria Leal e Severino Vicente da Costa Baião, o capelão Frei Filipe do Menino Jesus e o cirurgião ajudante Joaquim Eduardo da Gama. São ainda presos no Forte da Graça os capitães José Miguel Calado, Manuel Joaquim de Matos e António Joaquim Boquete e o primeiro tenente José Maria Baldy. No Forte de Santa Luzia são presos José Maria Regueira Nogueira Pinto de Sampaio, João Pereira da Costa, o primeiro tenente Nicolau da Ascensão e o segundo tenente Joaquim Militão Sardinha de Gusmão.

Chegado o ano de 1830, contavam-se já em mais de 1.000 presos políticos distribuídos por toda a cidade, estando completamente lotados o Quartel do Trem, a Casa das Barcas, o Forte de Santa Luzia e o Forte da Graça. Só na Casa das Barcas, onde funcionava outrora o teatro, contavam-se mais de 300. A 18 de junho desse ano, o soldado Manuel Pereira, o segundo sargento Joaquim José de Carvalho, o furriel Joaquim de Santana e mais três soldados de Artilharia 3 são presos por motivos políticos, sendo o primeiro encaminhado para o Forte da Graça e os restantes para o Castelo de São Jorge, em Lisboa. Dias depois serão também presos os soldados José de Oliveira e João José de Melo, do mesmo regimento, encaminhados para o depósito de prisioneiros de Estremoz.

Esta situação terá apenas o seu fim com a Convenção de Évora Monte, que termina com os anos de guerra civil. A 5 de julho de 1834, o Ministro de Estado Bento Pereira do Carmo faz expedir uma Portaria, especialmente dirigida para Elvas: “Sendo presente ao Duque de Bragança, Regente em

nome da Rainha, a conta do Desembargador Corregedor interino da Câmara de Elvas, de 27 de junho passado, em que dá parte de ter mandado destruir, na praça daquela cidade, com geral contentamento dos concorrentes, as obras e os engenhos destinados para as diversas torturas que ali se davam aos presos, pelo modo descrito na planta que vinha junta; pedido que alguns dos grillhões fossem recebidos no Trem da Praça, para serem trocados por igual quantidade de ferro obrado em uma porta para a cadeia; e que se nomeasse uma comissão para propor todos os melhoramentos da sorte dos presos, e as obras necessárias no interior das prisões; manda o mesmo augusto Senhor declarar ao dito corregedor, que teve particular satisfação em ver inutilizados os instrumentos com que se fazia sofrer aos desgraçados uma das penas cruéis que mais antecipadamente tinham sido abolidas pela Carta Constitucional. Sua Majestade Imperial, considerando então que as torturas só eram próprias dos séculos de ferro e de estúpida barbaridade, folgou de proscrever do código penal de uma nação culta tão reprovado castigo; e quer agora que, em observância da mesma Carta Constitucional, art. 145, par. 20, as cadeias sejam casas de segurança para os presos, mas nunca lugares de tormento, de arbitrária opressão, e de crueldades estudadas, como efetivamente eram consideradas no tempo da usurpação, que ali fez morrer muitas vítimas ilustres por sua honrada afeição à causa da legitimidade, e por suas distintas virtudes morais e políticas. Quanto, porém, às medidas particulares de polícia e obras precisas no edifício da cadeia, ordena o mesmo augusto Senhor, que o referido corregedor se dirija ao prefeito da respetiva província, para que, como cabeça e centro de toda a administração possa dar todas as providências que acerca deste negócio forem úteis e oportunas. O que assim se lhe participa para sua inteligência e execução”.

As cadeias de Elvas voltar-se-ão novamente a encher já em 1842, com a restauração da Carta Constitucional. A 10 de fevereiro, os amotinados contra esta Carta são identificados e seguem, sob consulta, para o Forte da Graça, onde são presos. Todas as unidades militares são colocadas de prevenção e é formada uma bateria montada, pronta para agir.

A guerra civil da Patuleia, travada entre 9 de outubro de 1846 e 29 de junho de 1847 na sequência da revolta da Maria da Fonte, põe novamente as forças miguelistas contra as forças governamentais. Tal situação fez regressar os presos políticos a Elvas. Segundo Vitorino de Almada, a 1 de novembro de 1846, tiveram que se estabelecer diversas combinações para a entrega do Forte da Graça aos revoltosos patuleias: “a qual se deveria realizar da seguinte maneira: o Conde de Melo, que estava em Estremoz com algumas forças da jun-

ta, tomaria o caminho de Elvas e se aproximaria do forte a desoras. Uma luz colocada na janela do quarto do capitão Luís de Matos Soeiro lhe daria o sinal de que poderia avançar. O Soeiro abriria as portas aos presos e secundado por eles surpreenderia a guarda principal da prisão, o governador e mais oficiais e abriria no fim as portas aos patuleias. Esta combinação fora indicada em carta pelo Soeiro ao Conde de Melo. Mal este a recebeu, convocou os seus oficiais a um conselho no seu quartel. Um deles, o alferes João Carlos Brandeiro de Figueiredo, saindo do conselho, foi cavaquear sobre o caso com um outro oficial, que não estivera no conselho. Não estava, porém, só o oficial. Entretendo o dia em companhia de uma rapariga, vira-se obrigado a escondê-la numa casa interior quando o Brandeiro bateu à porta. A rapariga ouviu tudo, e logo que, alegando não ter ouvido coisa alguma, saiu de casa do oficial, pôs-se a caminho de Elvas e veio contar a trama a um seu parente, soldado de lanceiros, que aqui estava fazendo parte da escolta que acompanhara o general Salazar Moscoso. O soldado passou a palavra a um dos ajudantes de campo, que por seu turno o comunicou ao general Salazar. Tomaram-se logo as providências que a gravidade do caso reclamava e no dia em que a traição se havia de executar, à noitinha, apresentou-se no forte uma força de capitão dos voluntários de Beja, única tropa que fazia a guarnição, acompanhada de alguns grilhetas que cumpriam sentença nas prisões do Trem. A força fez logo sair todos os presos políticos e trouxe-os escoltados para o Forte de Santa Luzia, sendo as suas bagagens conduzidas pelos grilhetas. O capitão Soeiro, sobre quem sempre recaíram as suspeitas de estar implicado nesta traição, tinha no próprio dia mandado para a cidade, permitindo-lhes que pernoitassem nela, os sargentos Galiano e Vieira de Mendonça. No dia seguinte ao da remoção dos presos, às 11 horas, apresentou-se no forte o tenente de Infantaria 4 Manuel Rodrigues Afonso de Campos, a fim de render no destacamento o capitão Soeiro a pretexto deste ir servir de major no batalhão de voluntários, parece que de Campo Maior. A entrega do destacamento fez-se à capucha, sem formatura nem outras formalidades, resumindo-se o ato, a mandar o Soeiro chamar o sargento Galiano e apresentá-lo ao tenente Campos, dizendo-lhe que ele era quem respondia pelo destacamento, e que daria conta de tudo que estava a seu cargo. Depois saiu do forte o capitão Soeiro, armado, sendo acompanhado pelo tenente Campos até ao fundo da ladeira, onde o estava esperando um capitão de Cavalaria 3, que o conduziu preso para o Forte de Santa Luzia. Logo que no forte constou esta prisão e se disse o motivo porque assim se procedera com o capitão Soeiro, as praças do destacamento de Infantaria 4 indignadas da traição, diziam que se o soubessem antes não o teriam

deixado sair vivo do forte. Pelo mês de março de 1847 respondeu a conselho o capitão Soeiro, na secretaria do Regimento 4. Vieram depor neste conselho os sargentos e outras praças do destacamento, os quais, tendo em atenção o bom tratamento que sempre o capitão lhes fizera, e anuindo a alguns pedidos do sargento ajudante Domingos Teodoro, declararam que nada sabiam, ou que o sabiam pelo ter ouvido dizer. O capitão Soeiro foi mandado pôr em liberdade, mas colocado na 3ª secção do Exército”.

A segunda metade do séc. XIX na cidade de Elvas é já marcada por uma desmilitarização cada vez mais acentuada, que cria o protesto da população elvense. O problema não era apenas de defesa e segurança da cidade, mas também económico, pois grande parte da população beneficiava com a presença de milhares de militares. A 4 de fevereiro de 1867, lê-se no jornal da cidade que a guarnição de Elvas ainda há pouco era feita por uns oitenta e tantos homens; havia uma guarda comandada por um subalerno, e cinco por oficial inferior, além das comandadas por cabos desta esquadra. Hoje as maiores guardas que temos são a da cadeia civil, composta de um cabo e seis soldados, e a do quartel general, com igual força. As portas têm apenas um cabo e um soldado, e a guarda do Trem, que é de bastante responsabilidade, por ter presos importantes, só tem um cabo e três soldados”.

No Forte da Graça, em 1875, é criada uma Companhia de Correção. Desde a Guerra Civil que aquele gigante forte é mais uma prisão que uma fortificação. Um ano depois, a sua guarnição em pé de guerra era constituída por 6.484 homens. No ano de 1894, a Companhia transforma-se num Depósito Disciplinar.

A implantação da República volta a agitar as hostes políticas e militares e, conseqüentemente, as portas das prisões políticas em Elvas voltam-se a abrir. Um dos primeiros presos deste período é Carlos Augusto Krusse Aflalo, preso a 30 de julho de 1912 por suspeitas de implicado no complot da Serra de Monsanto. É levado primeiramente para o Castelo de S. Jorge, depois para a Cadeia do Limoeiro e finalmente para o Forte da Graça. Logo em maio de 1913, em resultado das manifestações contra o Governo, também Afonso Costa envia dezenas de presos para o Forte da Graça. A 14 de abril de 1915, Francisco Pires Ferraia e Francisco de Assis Caldeira, presos políticos, vêm de Tomar para serem julgados no Tribunal Militar de Elvas. A 22 de dezembro de 1917, é a vez de Afonso Costa, Presidente do Conselho de Ministros, e Augusto Soares, Ministro dos Estrangeiros serem presos no Porto e enviados para o Forte da Graça.

A presidência de Sidónio Pais, entre 28 de abril e 14 de dezembro de 1918, voltou a encher as prisões do Forte da Graça. Destaca-se neste período a prisão de Manuel Firmino Magalhães, um oficial de Cavalaria que havia participado na revolução que levou à implantação e institucionalização da República e organizado a resistência aos monárquicos no norte do país. A 21 de janeiro de 1919, o governador do Forte da Graça informava o Governador Civil que era desesperada a ansiedade dos presos políticos do Forte da Graça por irem combater o movimento monárquico a norte do país. A saída destes presos coincide precisamente com a entrada dos presos implicados com estas revoltas conservadoras monárquicas. A 20 de abril, o alferes de cavalaria Lerenó Antunes Barradas, Mário de Oliveira Pereira e Joaquim Álvaro Faria, o major de infantaria, Jaime de Matos Caldas e Quadros, o capitão de infantaria João José Dias, o alferes miliciano José António Delgado, o alferes Manuel Ferreira, o alferes miliciano Gustavo da Câmara, o alferes António de Sousa Madureira, o alferes Daniel Pimenta Carvalho, o tenente Armando Ferreira Pinto Mascarenhas, o alferes Pedro António Cordeiro Vilas, o capitão Jorge Dias Costa, o alferes miliciano Manuel Cabrita, o alferes José Maria Mendonça Sousa, o tenente miliciano João da Cunha Monteiro, o tenente miliciano António Dias Gomes, o coronel Abel Augusto Nogueira Soares, o aspirante a oficial miliciano Francisco Sebastião Fernandes, o alferes de artilharia Pedro Couceiro Vilar, o alferes miliciano Manuel Duarte, o capitão de cavalaria José Agostinho Fernandes Costa, o alferes miliciano de infantaria Manuel Joaquim de Oliveira, o alferes miliciano de infantaria Manuel Celestino Teixeira, o alferes miliciano de infantaria Elias de Sousa, o alferes de infantaria Avelino Gonçalves, o alferes miliciano Joaquim Fernandes, o alferes José Agostinho Rodrigues Portugal, o alferes de infantaria Ludovico Rosas, o alferes miliciano de artilharia António Joaquim de Almeida, o alferes de infantaria Vladimiro Rodrigues e o alferes Joaquim da Silva Godinho encontram-se presos no Forte da Graça por terem participado nas revoltas monárquicas do norte e de Monsanto.

Esta nova situação é marcada por uma polémica a nível nacional que nasce precisamente nas prisões do Forte da Graça. Continuando a cidade de Elvas a ser um bastião do conservadorismo antiliberal, os oficiais de patente superior acabavam por ter as mesmas opiniões que aqueles que aqui estavam presos, beneficiando da sua benevolência. A 27 de novembro de 1919, o deputado Plínio Octávio da Conceição Silva protesta contra o facto dos indivíduos presos no Forte da Graça, por conspiração contra a República, gozarem de imunidades e regalias injustificadas, procedendo de forma a vexarem os princípios republicanos de toda a cidade, saindo até Badajoz para conferenciar com emigrados políticos que nesta cidade compram grande quantidade



A “Barrilada” castigo dado aos presos no Forte da Graça, fazendo-os subir com barricas de agua a encosta desde a Fonte do Marechal ao forte.

de armamento que depois é trazido para Portugal. A situação é tida como tão grave que a 3 de janeiro de 1920, o tenente de cavalaria António Mendes Júnior, Mário Mendes, de Cavalaria 1, António Eduardo Garção e o primeiro sargento Miguel da Mota, ao serviço no Forte da Graça, são condenados em tribunal militar por permitirem que os presos políticos monárquicos do forte façam jantares e se encontrem facilmente com correligionários. A 22 de abril de 1920, o jornal nacional “A Vanguarda” acusa o comando do Depósito Disciplinar do Forte da Graça de ser brando com os presos políticos monárquicos ali a cumprir pena pela revolução de 1919 e de ser tremendo para com os soldados que ali cumprem pena simples. Destes últimos, um deles a cumprir uma pena de 59 dias, de nome António Diamantino, enlouquece pelo que passou na denominada casa redonda do forte. Conjuntamente com os presos políticos, coincidem então no Forte da Graça mais de 800 homens vindos de



A casa redonda, no Forte da Graça.

França, pertencentes ao Corpo Expedicionário Português, vigiados por uma guarnição de 330 soldados.

A 31 de maio de 1920, o general Gomes da Costa, o tenente Teófilo Duarte, o alferes de infantaria Manuel António Nogueira, o alferes Otto Hoffmann, o capitão Manuel da Silva Nunes, o alferes Albertino Vaz Álvaro Carvalho, o aspirante a oficial Gastão Lopes Jordão, o furriel Manuel de Oliveira Gomes, o alferes de infantaria Artur Jaime Brasil Lugert, o major Bento Vasconcelos Menezes Magalhães e o alferes João António de Oliveira Bastos são também presos no Forte da Graça. A 25 de janeiro de 1922 é a vez de darem entrada nesta prisão o alferes Aníbal Rodrigues de Brito, o alferes Fernando Henrique das Neves, o capitão João José Dias, o alferes miliciano Luís Teixeira, o aspirante a oficial Fausto José Loureiro Cabral, o alferes de infantaria Alberto Moreira da Cruz, o alferes Joaquim da Mota Soares, o capitão de infantaria José Faustino, o tenente de infantaria José dos Santos Martins, o alferes Manuel dos Santos Pimenta, o major Francisco Filipe de Sousa, o tenente Francisco Valério da Fonseca, o alferes João Lopes Rosmaninho, o alferes António Joaquim Correia, o capitão Manuel Ferreira Barbosa, o alferes António Manuel, o alferes Silvano Gualter Calheiros e o capitão Rodrigo Faustino.

A 18 de abril de 1925, o Capitão de Fragata Filomeno da Câmara, o Coronel Raul Augusto Esteves, o Capitão Jaime Baptista e o General João José Sinel de Cordes, com base no apoio da ditadura de Primo de Rivera em Espanha,

comandam um conjunto de militares e ocupam a Rotunda, em Lisboa, com o batalhão de metralhadoras, o batalhão de telegrafistas, o batalhão de sapadores de caminhos-de-ferro e artilharia de Queluz. Afirmam que pretendem a reorganização e saneamento do Exército e da Marinha, a rigorosa compressão das despesas do Estado pelo afastamento de funcionários em excesso e a justa atualização das receitas, de forma a conseguir-se o equilíbrio orçamental. O golpe revolucionário vê no meio militar e conservador a resolução dos problemas do país com a implementação de uma ditadura. No entanto, algumas das forças prometidas não se revoltam, caso do Regimento de Infantaria n.º 16, instalado no Castelo de São Jorge, e a sua manobra é enfraquecida. Sinel de Cordes impõe um ultimato ao Presidente da República, mas é imediatamente detido pelas tropas governamentais. A rapidez e destreza das forças do governo surpreende os cerca de 1.000 revoltosos e depois de dois dias de combates na cidade de Lisboa, os golpistas capitulam e são detidos. Apesar do golpe militar estar ligado ao sector conservador, contou com o apoio de alguns comunistas e anarquistas que acabam também presos ou deportados. Em setembro do mesmo ano, os oficiais implicados no golpe são julgados e absolvidos. Esta ação é denominada de Golpe dos Generais e muitos dos presos são colocados no Depósito Disciplinar do Forte da Graça. Entre eles estão o General João José Sinel de Cordes, o Capitão de Fragata Filomeno da Câmara, o Coronel Raul Augusto Esteves, o Major de Engenharia Licínio Cantarino de Lima, o Capitão Engenheiro Ricardo Pereira Dias, o Tenente de Artilharia Jorge Botelho Moniz, o Tenente de Artilharia Júlio Carlos Alves Botelho Moniz, o Tenente de Artilharia José Diogo Martins, o Tenente de Artilharia Jacinto Henriques Paiva Simões, o Alferes de Artilharia Rui da Silva Horta, o Tenente de Infantaria António Azevedo dos Reis, o Tenente de Infantaria do Ultramar António Jerónimo Arnao Taveira da Paixão Metello e o Tenente da Administração Militar Fernando Raposo de Oliveira. Ficam detidos, embora com as melhores condições possíveis, nas casas do Baluarte de Santo Amaro.

O que se verificou acerca das condições dos presos no Forte da Graça cinco anos antes, volta a repetir-se. A 24 de abril de 1925, os oficiais de patente superior, aí detidos por estarem involucrados no Golpe dos Generais, exigem passar a viver na casa do governador do forte e que a alimentação diária seja servida por um hotel da cidade. O Tenente de Artilharia Jorge Botelho Moniz consegue mesmo evadir-se do forte vestindo uma capa de académico, depois de uma visita de um orfeão de música de Lisboa ao forte. O Tenente Coronel Passos e Sousa, Governador do Forte da Graça, é amigo e cúmplice dos seus presos golpistas, dando-lhes as melhores condições na prisão. Os detidos no Forte da Graça, involucrados no golpe de 18 de abril, começam então movi-

mentações para lançarem as bases a um movimento militar que englobe todas as guarnições do país de modo a garantir a sua revolta e marcha sobre Lisboa para destituir o Presidente da República e o governo. Os conspiradores decidem convidar o General Gomes da Costa para comandar a revolução e acabam absolvidos do anterior golpe, em Tribunal Militar, num julgamento que teve como promotor de justiça Óscar Carmona, seu amigo e também conivente. Três dias depois da revolução que implanta a Ditadura Militar no país, a 29 de maio de 1926, o Marechal Óscar Carmona encontra-se em Elvas com Abílio Passos e Sousa no âmbito do golpe de estado em curso. O golpe de estado que daria origem à Ditadura Militar havia afinal sido preparado no início do ano no Forte da Graça, planeado pelo próprio Governador do Forte, Abílio Passos e Sousa, com diversos presos políticos que aí se encontravam como Sinel de Cordes e Raul Augusto Esteves.

A Ditadura Militar muda o rumo dos presos políticos no Forte da Graça. Agora, a 9 de novembro de 1926, são os revoltosos de Chaves, tenentes de infantaria Alberto Rodrigo, César Seabra Rangel, o sargento José Maria Videira e outros sargentos, depois da tentativa de revolta contra a Ditadura Militar, dão entrada como presos no Forte da Graça. No ano seguinte, são já 97 os presos políticos no forte e o número aumenta de ano para ano. A 30 de agosto de 1931 são 330 os presos que dão entrada, resultantes dos últimos acontecimentos revolucionários ocorridos em Lisboa. Este grupo de presos chega a editar no forte o jornal "A Voz das Galerias", dirigido por Jaime Neves, tendo como



As galerias de tiro da Forte da Graça que serviram como gigantescas prisões

chefe de redação Ramiro Nunes, secretário Ernesto Antero e editor António Baptista. No entanto, conseguem imprimir apenas um número, na Tipografia Popular, no Largo das Almas n.º 12-B, não logrando prosseguir com o projeto.

O início da Guerra Civil em Espanha dá início a um novo período de prisões no forte. A 18 de agosto de 1936, são presos mais 7 carabineiros espanhóis no Forte da Graça, onde já se encontravam detidos 75 comunistas daquele país. Na Praça de Touros da cidade encontram-se detidos 800 milicianos “vermelhos”, 2 majores e 4 capitães. No entanto, os detidos não são apenas de nacionalidade estrangeira. O tenente António Augusto de Seixas, do Batalhão n.º 2 da Guarda Fiscal da secção de Safara, é detido pela PVDE (Policia de Vigilancia e Defesa do Estado) por acolher 340 refugiados espanhóis em dois campos de refugiados contra as ordens do subdiretor daquela Policia.

Até ao fim da ditadura, foram várias as levadas de presos políticos e militares que deram entrada no Forte da Graça. É o caso dos implicados na Revolta da Sé, em 1959, e de outros. Curiosamente, a revolução de 25 de abril de 1974 não fechou as portas à prisão política naquele forte. Embora tenham sido libertados todos os presos políticos a 22 de maio deste ano, a 7 de junho do mesmo ano, Saldanha Sanches, líder destacado do MRPP, é preso quatro meses no Forte da Graça pelo Comando Operacional do Continente (COPCON), força liderada por Otelio Saraiva de Carvalho, por contestar o projeto neocolonial do Presidente da República, António Spínola, ao escrever no jornal “Luta Popular” um editorial com o título “Desertemos e com armas”.